



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 22/XI/2.ª**

Aos quatro dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, pelas quinze horas e dez minutos, reuniu, na Sala 1 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

**15:00 Horas**

- 1- Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2- Distribuição de iniciativas europeias;
- 3- **Apreciação do relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu com as Comissões correspondentes dos Parlamentos Nacionais da União Europeia - Bruxelas, 30 de Setembro de 2010 - Relator: Deputado António Filipe (PCP);**
- 4- **Apreciação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011 – Relatora: Deputada Ana Catarina Mendes (PS);**
- 5- **Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;**
- 6- **Apreciação e votação de relatórios de petições;**
- 7- **Outros assuntos.**

**16:00 Horas**

**Audição do Conselho Superior do Ministério Público no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a seguinte iniciativa legislativa:

- Proposta de Lei n.º 46/XI/2.ª (GOV) – “*Cria o crime de violência escolar e procede à 27.ª alteração ao Código Penal*” – de que foi nomeada Relatora a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD).

Foi ainda anunciada a baixa à Comissão do Projecto de Resolução n.º 331/XI/2.ª (CDS/PP) “*Definição das funções, carreiras e condições de exercício dos agentes da polícia Municipal da Madeira*”, tendo o Grupo Parlamentar proponente declarado a sua intenção de que este fosse discutido em Comissão nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do RAR.

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

<b>Título do Documento</b>	<b>Deputado Relator</b>
Iniciativa COM(2010)776 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativa às modalidades de controlo das actividades da Europol pelo Parlamento Europeu em conjunto com os Parlamentos nacionais	<b>Deputado João Serrano (PS)</b>
Iniciativa COM(2010)765 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados actos obsoletos do Conselho  <b>Obs: Distribuída à CACDLG, com conhecimento à Comissão de Agricultura</b>	<b>Deliberado não escrutinar</b>
Iniciativa COM(2010)748 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial  Associados os seguintes documentos:	<b>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</b>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

<b>Título do Documento</b>	<b>Deputado Relator</b>
<p>- SEC(2010)1547 - COMMISSION STAFF WORKING PAPER - IMPACT ASSESSMENT Accompanying document to the Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on jurisdiction and the recognition and enforcement of judgments in civil and commercial matters (em anexo)</p> <p>- SEC(2010)1548 - DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO - RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO Documento que acompanha a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial</p>	

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) fez uma breve apresentação do relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu com as Comissões correspondentes dos Parlamentos Nacionais da União Europeia, em Bruxelas, no dia 30 de Setembro de 2010, tendo destacado a relevância para a Comissão da reforma legislativa profunda em matéria eleitoral que as propostas discutidas, a serem aprovadas, implicariam no ordenamento jurídico português e que foram sujeitas a objecções por parte de alguns Estados, designadamente a proposta de estabelecimento da obrigatoriedade de os Estados mais populosos disporem de mais do que um círculo eleitoral.

O Presidente da Comissão e os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e Nuno Magalhães (CDS/PP) felicitaram o Deputado Relator pelo trabalho apresentado, atentas as matérias debatidas na reunião interparlamentar, que poderiam vir a justificar uma reunião conjunta da Comissão com Deputados ao PE, com a eventual participação da Comissão de Assuntos Europeus.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No quarto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação do parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011, tendo a respectiva Relatora, Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS), feito uma breve apresentação do parecer, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

De acordo com o proposto no parecer, a Comissão deliberou indicar como devendo ser objecto de acompanhamento prioritário, no âmbito do processo de escrutínio reforçado a desenvolver pela Assembleia da República em 2011, a proposta de Directiva relativa ao apoio às vítimas da criminalidade e aos seus direitos.

Em seguida, a Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o seu parecer sobre a iniciativa COM (2010) 171 final - *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Realização de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça para os cidadãos europeus - Plano de Acção de aplicação do Programa de Estocolmo*, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Às 16 horas, teve início a audição do Conselho Superior do Ministério Público no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação*.

Depois da exposição inicial do Presidente do Conselho Superior do Ministério Público (Pinto Monteiro) e da Vice-Presidente (Isabel São Marcos), colocaram questões os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Ricardo Rodrigues (PS), Nuno Magalhães (CDS-PP), Helena Pinto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

(BE) e António Filipe (PCP), às quais os Senhores representantes do Conselho Superior do Ministério Público responderam.

A audição foi integralmente gravada em suportes áudio e vídeo e transmitida, em diferido, no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo [registo vídeo](#) disponível para consulta na página Internet do Canal Parlamento.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às dezoito horas e vinte e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 02-02-2011**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Celeste Correia  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Jorge Bacelar Gouveia  
Luís Montenegro  
Luís Pita Ameixa  
Manuel Seabra  
Maria do Rosário Carneiro  
Maria Manuela Augusto  
Nuno Magalhães  
Oswaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Morais  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Carlos Peixoto  
João Serrano  
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
António Montalvão Machado